



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Integração e Controle Técnico

Nota Informativa nº 13 de 12 de dezembro de 2024.

Interessado: Secretaria Executiva

Assunto: Considerações sobre pactuação e cumprimento de metas pelas entidades vinculadas

Ao Gabinete da Secretaria Executiva – GAB-SE

1. RESUMO EXECUTIVO

1.1. Trata-se de informativo acerca da pactuação e do cumprimento de metas pelas entidades vinculadas ao MIDR, contendo um resumo do levantamento de dados e informações disponíveis em ambiente de rede de internet, bem como encaminhadas pelas entidades vinculadas para esta Coordenação Geral de Integração e Controle Técnico - CGIT.

1.2. O levantamento ora apresentado, para melhor compreensão, foi dividido em mais seis partes, que são (2) CONSIDERAÇÕES INICIAIS; (3) CONSIDERAÇÕES GERAIS DO TRATAMENTO DADO À BASE DE DADOS DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELAS ENTIDADES VINCULADAS; (4) CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O TRATAMENTO DADO À BASE DE DADOS DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELA ANA; (5) CONSIDERAÇÕES SOBRE A SÉRIE HISTÓRICA DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELA ANA; (6) CONSIDERAÇÕES SOBRE A SÉRIE HISTÓRICA DE CUMPRIMENTO DAS METAS PACTUADAS PELA ANA, e (7) CONCLUSÃO. Cada uma dessas partes são apresentadas no decorrer desta Nota Informativa.

1.3. Concluiu-se pela importância deste tipo de iniciativa, qual seja o de dar clareza sobre a relevância da definição, pactuação e cumprimento de metas dos indicadores por cada entidade vinculada. Também se destaca que no ano de 2023, de acordo com a metodologia aplicada neste levantamento, a ANA cumpriu com a meta em 65% dos indicadores pactuados, já considerando apenas os indicadores com entregas para a sociedade, no mesmo ano, a empresa cumpriu com a meta em 23% desses indicadores.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. Inicialmente, é importante destacar a informação de que há seis entidades vinculadas diretamente a este MIDR, quais sejam:

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (autarquia especial);
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf (empresa pública);
- Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Dnocs (autarquia);
- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam (autarquia);
- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco (autarquia); e

- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene (autarquia).

2.2. Os dados e informações recebidos das entidades vinculadas e outros levantados por esta CGIT foram agrupados de acordo com o cumprimento das metas pactuadas, em uma abordagem temática e temporal, de maneira a se identificar como cada entidade vinculada ao MIDR trata estas questões.

2.3. Para o referido agrupamento, os dados e informações coletados foram sistematizados a partir de uma planilha (Excel) (Planilha de planejamento e execução da ANA até 2023 (SEI nº 5503491), o que permitiu que estes fossem trabalhados e tratados de maneira a expressar o que se pretendeu informar.

2.4. Nesta primeira versão do levantamento, buscando-se uma abordagem simples e didática, este informe proporciona a apresentação de um relatório temporal que contempla os seguintes tópicos:

- RESUMO EXECUTIVO;
- CONSIDERAÇÕES INICIAIS;
- CONSIDERAÇÕES GERAIS DO TRATAMENTO DADO À BASE DE DADOS DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELAS ENTIDADES VINCULADAS;
- CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O TRATAMENTO DADO À BASE DE DADOS DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELA ANA;
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A SÉRIE HISTÓRICA DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELA ANA;
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A SÉRIE HISTÓRICA DE CUMPRIMENTO DAS METAS PACTUADAS PELA ANA; e
- CONCLUSÃO.

2.5. Assim, os demais tópicos são apresentados a seguir, com as informações específicas sobre cada um deles.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS DO TRATAMENTO DADO À BASE DE DADOS DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELAS ENTIDADES VINCULADAS

3.1. A lista de considerações gerais identificadas no tratamento da base de dados de indicadores e metas pactuados pelas entidades vinculadas, é apresentada na sequência, em abordagem geral:

- Em algumas entidades vinculadas, a pactuação de indicadores e metas acontece em mais de um instrumento (plano estratégico institucional, plano anual de negócios, remuneração variável anual...), dessa forma:
 - Faz-se necessário compatibilizar os indicadores e metas em uma mesma base de dados;
 - Faz-se necessário compatibilizar as metas dos indicadores semelhantes que foram pactuadas em instrumentos diferentes; e
 - Faz-se necessário garantir o número crescente das metas pactuadas.
- A cada plano estratégico institucional são alterados alguns dos indicadores, quando não todos eles, não permitindo uma formação da série histórica de cumprimento destes. Em relação à metas, estas nem sempre são pactuadas de forma numericamente crescente, dessa forma:
 - Faz-se necessário garantir a perpetuação de todos ou de alguns dos indicadores formadores do planejamento estratégico institucional, planejamento após planejamento, de maneira a proporcionar uma série histórica do cumprimento destes.
- O planejamento estratégico institucional é pactuado com a presença de indicadores que não são do nível estratégico, assim:
 - Faz-se necessário segregar os indicadores do nível estratégico dos indicadores dos níveis tático e operacional.

- O plano estratégico institucional de cada entidade vinculada é realizado sem que haja uma grande contribuição da Secretaria Finalística responsável pelas políticas públicas, cujas ações são executadas pelas entidades vinculadas, assim, a estratégia de atuação de cada entidade vinculada é pactuada quase que de maneira isolada em relação ao planejamento estratégico ministerial, assim:
 - Faz-se necessário que o planejamento estratégico das entidades vinculadas seja elaborado tendo como base, dentre outros, o planejamento estratégico institucional do Ministério, principalmente os que estão relacionados à execução das políticas públicas.
- Quanto à remuneração variável anual, quando pertinente, percebe-se uma tendência de manutenção dos indicadores e o estabelecimento de metas progressivas, dessa forma:
 - Faz-se importante manter o nível crescente das metas pactuadas.
- Quando não há cumprimento das metas de alguns indicadores, não há evidência de que algo acontece institucionalmente na entidade vinculada, ou mesmo no órgão supervisor, assim:
 - Faz-se necessário implantar uma rotina de acompanhamento do cumprimento das metas pactuadas, exigindo do dirigente máximo, quando for o caso, explicações e justificativas sobre o não cumprimento destas.
- Com relação ao tema do controle, após analisar os documentos disponibilizados pelas entidades vinculadas, foi realizado o alinhamento das informações coletadas com a Assessoria Especial de Controle Interno - AECl, quando foi identificado que aquela Assessoria Especial está elaborando um modelo de relatório para que todas as entidades vinculadas disponibilizem ao MIDR as informações necessárias para o acompanhamento ministerial sobre a parte de controle. Dessa forma, de maneira a não haver sobreposição de ações nas diferentes áreas do MIDR, entendeu-se que institucionalmente o melhor é que o tema do controle continue sendo realizado por aquela AECl.

4. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O TRATAMENTO DADO À BASE DE DADOS DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELA ANA

4.1. Segue a seguir a lista de considerações identificadas no tratamento da base de dados de indicadores e metas pactuados pelas entidades vinculadas, em uma abordagem específica para as questões da ANA:

- Há apenas 1 documento a partir do qual a Sudene pactua indicadores e metas, sendo ele:
 - Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2023-2026, com 43 indicadores e metas.
 - Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2019-2022, com 38 indicadores e metas.
 - Ainda em relação ao PEI 2023-2026 da ANA, dos 43 indicadores que compõem este Planejamento, 20 deles ainda não estão aferidos ou as informações não estão disponíveis.
- Dos 23 indicadores de 2023 que foram aferidos, cuja informação consta do Relatório de Gestão:
 - 15 indicadores tiveram o alcance igual ou superior a 91% da meta que foi pactuada (35% de alcance das metas);
 - 08 indicadores tiveram alcance igual ou inferior a 90% da meta que foi pactuada (18 % de não alcance das metas).
- Em uma análise e classificação de quais indicadores pactuados no PEI que promovem maiores entregas à sociedade, ou sejam, classificados com finalísticos, foram levantados os seguintes indicadores com metas pactuadas em 2023:
 - Número de sistemas hídricos priorizados com condições de operação definidas.
 - % de municípios priorizados com estudo de vulnerabilidade à inundação realizados.
 - % de sistemas hídricos locais com regramento especial estabelecido.
 - % de barragens reguladas pela ANA, classificadas quanto ao enquadramento à PNSB

- % de barragens, em nível nacional, classificadas quanto ao enquadramento á PNSB.
 - Quantidade de barragens fiscalizadas pela ANA com PSB elaborado.
 - Número de incidentes e acidentes em barragem.
 - % de pedidos de outorga por finalidade deferidos.
 - Km de rios federais com qualidade péssima.
 - Índice de atendimento da população total com rede de água.
 - Índice de atendimento da população total com rede de esgotos.
 - Índice de esgoto tratado.
 - % de adesão ás entidades reguladoras infranacionais ás normas de referência da ANA.
- Assim, apresenta-se a seguir uma análise histórica do cumprimento das metas pactuadas nos 13 indicadores do PEI classificados pela ANA como sendo finalísticos:
 - Em 2023:
 - 3 indicadores tiveram o alcance igual ou superior a 91% da meta que foi pactuada (23% de alcance das metas);
 - 3 indicadores tiveram alcance igual ou inferior a 90% da meta que foi pactuada (23% de não alcance das metas); e
 - 7 indicadores não tiveram as metas aferidas ou as informações não estão disponíveis.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SÉRIE HISTÓRICA DE INDICADORES E METAS PACTUADOS PELA ANA

5.1. Em relação ao PEI 2023-2026, há pactuação de metas elaboradas pela ANA que apresenta um crescimento gradual no atingimento da meta (25), de forma a atingir o objetivo estratégico correspondente. Há algumas metas que mantem uma evolução constante ao longo do PEI (13) e outras que vão ser definidas ao longo da execução do PEI (05).

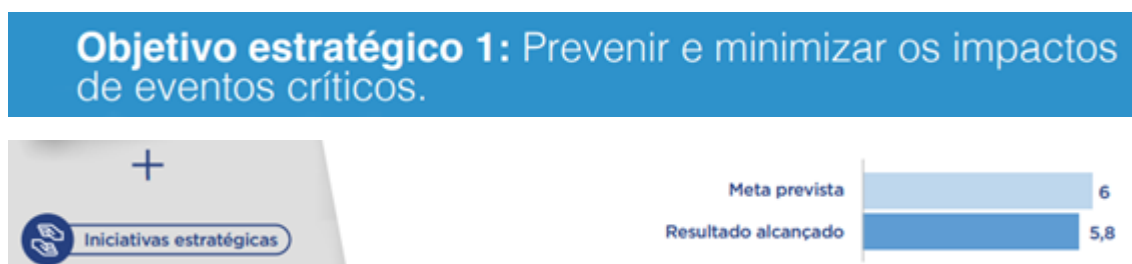
5.2. Assim, em relação ao PEI 2023-2026, em que pese ele esteja apenas no início, será possível verificar a evolução dos indicadores por meio do cumprimento das metas estabelecidas, assim que os resultados referentes a 2024 forem sendo apurados.

5.3. Já em referência ao PEI 2019-2022, apesar do documento conter os Objetivos Estratégicos e seus Indicadores, não constam as metas a serem atingidas.

5.4. Em contato com a equipe da ANA foi orientado acessar os Relatórios de Gestão do Exercício referentes a cada ano, entretanto, nos relatórios anuais, apesar de conter os objetivos estratégicos como apresentados no PEI, não foi possível identificar separadamente os indicadores, metas e seus atingimentos. O que o documento apresenta é apenas uma meta relacionada ao objetivo estratégico em questão e sua execução, porém não há identificação do que se trata esta meta.

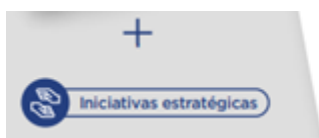
5.5. Segue exemplo de como constam estes resultados nos Relatórios de Gestão.

Exemplo referente ao OE 1 - 2020



Exemplo referente ao OE 1 - 2021:

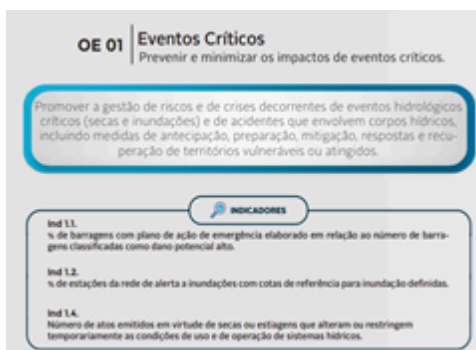
Objetivo Estratégico 1: Prevenir e minimizar os impactos de eventos críticos.



No ano de 2022, apesar da descrição das atividades, os indicadores presentes no Relatório de Gestão 2022 não são compatíveis com o Plano Estratégico 2019-2022.

Plano estratégico:
gestão de 2022:

Resultado presente no relatório



Principais realizações

Monitor de secas:

- Expandir o Monitor de Secas de 21 para 24 estados.

A expansão do Monitor de Secas foi concluída ainda em 2022 para os estados de Rondônia e Acre. No Amazonas, foram cumpridas diversas etapas, tais como: diagnósticos, treinamento, articulações e visitas presenciais realizadas.

- Realizar 2 eventos de capacitação no âmbito do Monitor de Secas: um de validação e outro de autoria.

Os eventos de capacitação de validação e de autoria foram realizados. Adicionalmente, houve um evento de capacitação de autoria na Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos em novembro.

Eventos hidrológicos críticos:

- Definir cotas de inundação para os 34% das estações da rede de alerta que restam.

De 460 estações previstas, há 401 com cotas de inundação já definidas.

5.6. Em referência ao ano de 2019, seguindo as instruções da equipe da ANA de acessar os Relatórios de Monitoramento do Exercício anual, foi possível observar que se mantiveram os objetivos estratégicos, além de ser possível verificar a descrição das atividades e avanços realizados em relação aos objetivos estratégicos estabelecidos. As descrições das metas estariam disponíveis nos Planos de Gestão Anual, entretanto os documentos encontram-se Restritos no Site da ANA.

5.7. Assim sendo, em relação ao PEI 2019-2022, não conseguimos identificar, por meio dos Relatórios de Gestão Anual, informações que possam mensurar o cumprimento do planejamento estratégico, mesmo porque não foram estabelecidas metas para atingimento dos indicadores. Consequentemente não há como fazermos uma comparação da evolução do PEI 2019-2022 com o PEI 2023-2026.

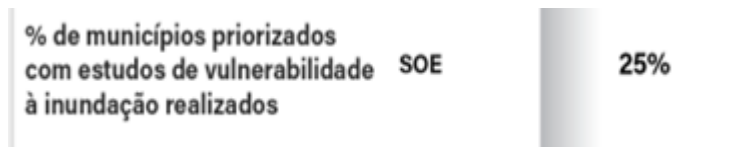
5.8. Entendemos que a partir do PEI 2023-2026, formulado com indicadores e metas mensuráveis, será possível uma real avaliação da execução e cumprimento dessas metas, inclusive com a possibilidade de ajustes no PEI 2023-2026, claro devidamente justificados.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SÉRIE HISTÓRICA DE CUMPRIMENTO DAS METAS PACTUADAS PELA ANA

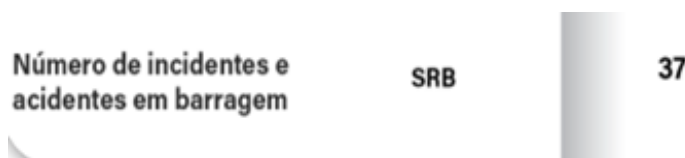
6.1. Segue abaixo a lista de considerações identificadas no tratamento da base de dados de indicadores e metas pactuados pelas entidades vinculadas, em uma abordagem específica para o

cumprimento das metas pactuadas:

- Análise histórica do cumprimento das metas pactuadas:
 - Em relação ao PEI 2023-2026, extrai-se do Relatório de Gestão de 2023 da ANA, as seguintes observações:

Indicadores com o atingimento não informado no relatório de gestão do exercício:**OE 1:****Justificativa presente no relatório:**

A metodologia para atualização do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi definida e foram realizados testes para identificação de áreas urbanas vulneráveis a inundações usando dados hidrológicos e imagens de satélite, o que corresponde a 50% das atividades previstas para 2023. Entretanto, devido ao ataque cibernético ocorrido no segundo semestre de 2023, não foi possível acessar bases de dados e sistemas necessários para concluir as avaliações, o que será feito em 2024.

OE 2:**Justificativa presente no relatório:**

Espera-se que o índice das barragens, em nível nacional, classificadas quanto ao enquadramento à Política nacional de Segurança de Barragens - PNSB evolua gradativamente ao longo do próximo ano, especialmente com a expectativa de aumento das classificações de barragens reguladas pela ANA.

OE 3:**Não há justificativa presente no relatório.****OE 4:**

Índice de atendimento da população total com rede de água	SSB	84,00%
Índice de atendimento da população total com a rede de esgotos	SSB	55,00%
Índice de esgoto tratado.	SSB	51,00%
Percentual de adesão às entidades reguladoras infranacionais às normas de referência da ANA	SSB	20,00%

Justificativa presente no relatório:

O resultado em 2023 não foi aferido, uma vez que não foi cobrado o atendimento de nenhuma Norma de Referência direcionada a entidade reguladora infranacional em 2023. No período, houve apenas o cadastro de 42 entidades reguladoras infranacionais em atendimento à Resolução ANA N° 134/2022. Em 2023 foi publicada a NR 3, porém a cobrança de seu cumprimento será a partir de 2025. O atendimento à NR 2 foi cobrado em 2022, pontualmente como era previsto. (Pg. 144).

OE 5:

Quantidade de acessos aos dados e informações da ANA no SNIRH e no portal de dados abertos	SHE SGH STI	Linha de Base
--	-------------------	---------------

Justificativa presente no relatório:

Não foi possível verificar o desempenho da Quantidade de acessos aos dados e informações da ANA no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH e no portal de dados abertos devido ao incidente de segurança cibernética.

OE 6:

Pesquisa de imagem institucional	ASCOM	Linha de Base
% de engajamento nas plataformas digitais da ANA (portal e redes sociais)	ASCOM	Linha de Base

Justificativa presente no relatório:

Não foi possível atualizar os dados de engajamento nas plataformas digitais da ANA por inacessibilidade das plataformas e dados em função do ataque cibernético.

OE 10:

Percentual de implementação dos planos de ação para as bacias prioritárias	SPP	Planos atualizados
--	-----	--------------------

Justificativa presente no relatório:

Os planos de ação para as Bacias Prioritárias estão em atualização. Em 2024 a meta prevista é de 40% de implementação dos Planos de Ação.

OE 11:

Número de contratos firmados
com os recebedores

SRB

01

Justificativa presente no relatório:

A previsão inicial era de publicação do primeiro produto ainda em 2023, o que não se concretizou em função de imprevistos durante a fase de instrução do processo.

OE 14:

Percentual de adesão das
Entidades Reguladoras
Infracionais às normas de
referência

SSB

20%

Percentual de implementação
dos planos de bacia

SPP

A definir

Justificativa presente no relatório:

O projeto está progredindo conforme o esperado. Embora esteja um pouco atrasado em comparação com o cronograma original, esse atraso é justificado pela priorização de outra atividade que é fundamental para o avanço das etapas subsequentes do projeto.

OE 15:

Índice Integrado de Governança
e Gestão Públicas (IGG)

ASGOV

76%

Justificativa presente no relatório:

IGG do TCU é apurado por meio de questionário de autoavaliação. O último índice refere-se ao ano de 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024.

OE 16:

Índice de conscientização em
gestão de riscos, de
integridade e da segurança da
informação - pesquisa interna

ASGOV
CORREG
AUDITORIA
STI

Linha de base

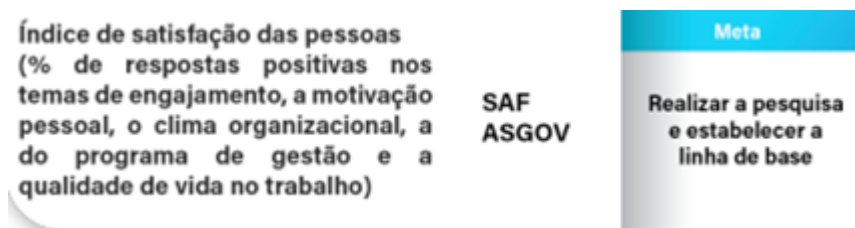
Justificativa presente no relatório:

Minuta de Formulário de levantamento de riscos à integridade elaborado pela CGINT/COR aguardando definição da modelagem do índice em articulação com SAF/ASGOV e STI.

OE 18:**1****2****Justificativa presente no relatório:**

1 - O Plano de contratações Anual - PCA executado em 2023 foi elaborado em 2022, quando a estrutura administrativa da Agência apresentava-se diversa da atual. No início de 2023 foi implementado o novo organograma da ANA, com a fusão de áreas, criação de novas Superintendências, e redistribuição de competências entre as UORGs, o que impactou bastante o planejamento das contratações, originalmente previstas e atribuídas a unidades organizacionais que foram extintas, impossibilitando a análise do indicador. Ainda, com a ocorrência do incidente cibernético em outubro/2023, vários sistemas da ANA ficaram inoperantes, dentre eles nosso Sistema de Planejamento Orçamentário (SISPLANA), Sistema de Protocolo, dentre outros, afetando inclusive os desktops de servidores.

2 - O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024.

OE 19:**Justificativa presente no relatório:**

Aguardar a decisão da Diretoria Colegiada quanto à transformação dos cargos previstos na Lei nº 14.724/2021, alterada pela Lei nº 14.724, de 14/11/2023, para posterior pesquisa interna sobre o índice de satisfação das pessoas.

OE 20:



Justificativa presente no relatório:

O indicador é apurado a cada dois anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido a última apuração em 2021. O índice será substituído pelo iESGo e a próxima avaliação está prevista para 2024.

Informações divergentes:

OE 20:



Sim, está tudo correto, acredito que não precise ajustar nada

Indicador	Meta	Resultado em 2023
Nota de satisfação do usuário em relação ao canal digital integrado.	4	4,3
Quantidade de serviços digitalizados em canal digital integrado.	10	12

Obs: Meta estabelecida no PEI 2023-2026 divergente da meta exposta no relatório 2023. Diminuição da meta sem justificativa.

7. CONCLUSÃO

7.1. Ante os dados e informações, sistematizados, tratados e apresentados por este levantamento inicial, destaca-se a importância deste tipo de iniciativa, qual seja o de dar clareza sobre a relevância da definição, pactuação e cumprimento de metas dos indicadores por cada entidade vinculada, fomentando o compromisso do desenvolvimento da gestão institucional acerca dos mesmos.

7.2. Em um resumo de possibilidades de abordagem sobre os resultados apresentados, destaca-se que no ano de 2023, de acordo com a metodologia aplicada neste levantamento, a ANA cumpriu com a meta em 35% dos indicadores pactuados, já considerando apenas os indicadores com entregas para a sociedade, no mesmo ano, a empresa cumpriu com a meta em 23% desses indicadores.

7.3. Por fim, tendo como objetivo informar aos dirigentes do MIDR e das entidades vinculadas sobre o comportamento temporal do cumprimento das metas pactuadas por cada uma das entidades vinculadas ao Ministério, entende-se que esta nota informativa cumpriu como o seu papel inicial de, em uma abordagem simples e didática, trazer uma maior compreensão sobre como as metas são pactuadas e cumpridas ao longo do tempo por cada uma das suas entidades vinculadas.

7.4. Como próximos passos em busca de um maior alinhamento ministerial com suas entidades vinculadas, espera-se manter e aumentar a dinâmica de aproximação entre o órgão supervisor e os

órgãos supervisionados, respeitando-se os limites de autonomia de cada um, mas com o espírito mútuo de colaboração e busca de um aperfeiçoamento da gestão de ambos os lados.

Segue para apreciação do Secretário Executivo e, se de acordo, sugere-se o envio desta nota informativa para conhecimento do Ministro de Estado e dos Dirigentes máximos das Entidades Vinculadas.

PAULA REGINA COMIN CABRAL
Coordenadora de Integração Técnica

ALEX FABIANO RIBEIRO DE MAGALHÃES
Coordenador Geral de Integração e Controle Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Paula Regina Comin Cabral, Coordenadora**, em 19/12/2024, às 16:07, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Fabiano Ribeiro de Magalhaes, Coordenador-Geral de Integração e Controle Técnico**, em 19/12/2024, às 16:10, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5503153** e o código CRC **38121E42**.